

A derrubada de Dilma Rousseff nas charges de Carlos Latuff: uma análise discursiva¹

La destitution de Dilma Rousseff dans les dessins de presse de Carlos Latuff: une analyse discursive

Nayara Silva Mendes Vilela de Sousa Brito²

Ilka de Oliveira Mota³

Resumo: Este estudo consistiu em analisar as representações imaginárias da derruba da ex-presidenta Dilma Rousseff nas charges do cartunista Carlos Latuff e seus efeitos de sentido. Para isso, apoiamos na Análise de Discurso Materialista, que trabalha no entremeio entre Linguagem, Inconsciente e História. O corpus é constituído de oito charges que compreendem 2015, ano que antecedeu o Impeachment, e 2016, ano de sua concretização. A análise apontou para o fato de que as charges, mais do que denunciarem o Golpe de Estado contra Dilma Rousseff e o povo brasileiro, também funcionam como uma forma de política dos/pelos sentidos, uma vez que, ao instaurarem uma interpretação outra, rompem com e deslocam a interpretação hegemônica produzida pela ordem do discurso da mídia burguesa corporativa.

Palavras-chaves: Charge; Texto; Formação Discursiva; Golpe; Brasil.

Résumé: Cette étude analyse les représentations imaginaires de la destitution de l'ancienne présidente Dilma Rousseff dans les caricatures du caricaturiste Carlos Latuff et leurs effets de sens. Pour cela, nous nous appuyons sur l'Analyse du Discours Matérialiste, qui travaille à mi-chemin entre le Langage, l'Inconscient et l'Histoire. Le corpus était composé de huit caricatures couvrant les années 2015 et 2016. L'analyse a mis en évidence que les caricatures, plus que dénoncer le coup d'État contre Dilma Rousseff et le peuple brésilien, fonctionnent également comme une forme de documentation (archive) qui, en établissant une interprétation, elle rompt avec l'interprétation hégémonique produite par l'ordre du discours médiatique bourgeois.

Mots clés: Dessin de presse; Texte; Formation Discursive; Coup d'État; Brésil.

¹ Agradecemos ao Erich Lie Ginach pela interlocução perspicaz, inteligente e produtiva durante a produção desse artigo.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas; Email: prof.nayarabrito@edu.treslagoas.ms.gov.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8514-4596>.

³ Mestrado em Linguística e Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Estágio Pós-doutoral pela UNICAMP, sob supervisão de Maria José Coracini. Professora associada III da Universidade Federal de São Carlos. É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; E-mail: ilka.mota@ufscar.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6637-4310>.

Introdução

Em 2016, mais precisamente em menos de 25 anos, um segundo *impeachment* presidencial marca a história do Brasil. No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, presidenta da República eleita democraticamente, é destituída do cargo, após um processo questionável, atravessado de questões complexas de ordem técnico-jurídica.

A este acontecimento muitos estudiosos e analistas políticos chamaram de Golpe de Estado (Jinkings, 2016). Löwy (2016), por exemplo, denomina Golpe de Estado “pseudolegal”, “constitucional”, “institucional”, parlamentar. Outros afirmam que, além de parlamentar, este foi um golpe que teve apoio do aparelho jurídico de Estado (Cavalcante, Venerio, 2017), sob a tutela do imperialismo norte-americano. Por outro lado, divergindo da interpretação de golpe, há aqueles que declararam se tratar de um processo legal e justo, em prol do desenvolvimento do país. Não é à toa a denominação da Plataforma Política do Governo Temer “Uma ponte para o futuro”, que viria a ser colocada em funcionamento após a derrubada de Dilma. A questão nada esclarecida até o momento é: “futuro” de quem?⁴

Essa divisão política dos sentidos que se assentou na divergência de interpretação entre especialistas (juristas, cientistas políticos, sociólogos etc.), políticos de diferentes partidos e cidadãos comuns sobre o enquadramento da questão – *impeachment* ou golpe? – foi intensa, resultando em uma acirrada disputa dos e pelos sentidos.

Desse acontecimento na história do Brasil, resultaram diversas manifestações linguageiras esteticamente elaboradas como as charges, objeto de nosso interesse neste artigo. Nele, nosso objetivo é compreender as representações imaginárias da destituição de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, a partir de um *corpus* analítico constituído de oito charges de autoria do cartunista Carlos Latuff. Tais charges foram produzidas entre o ano de 2015 e 2016 e retratam o Golpe de Estado de 2016 que destituiu a presidenta sob o pretexto de irregularidades contábeis, também conhecidas vulgarmente pelo grande público como “pedaladas fiscais”, que, tal como Löwy (2016) assevera, foi “uma prática corriqueira em todos os governos anteriores”. Para isso, o trabalho se apoia teórica e metodologicamente na Análise de Discurso Materialista, que trabalha no entremeio entre Língua, História e Inconsciente.

⁴ Muitos especialistas afirmam que um dos principais motivos para o golpe de 2016 foi o fato da não aceitação dessa Plataforma ultra neoliberal por Dilma.

A título de organização do artigo, descrevemos os pontos que farão parte dessa nossa análise. Antes de apresentar e analisar o *corpus*, explicitaremos o lugar teórico de onde enunciamos, trazendo para a consideração as noções de texto, formação discursiva e memória. Em seguida, explicitaremos o funcionamento discursivo do texto chargístico, atentando para as suas regularidades. Por fim, antes das considerações finais, apresentaremos o *corpus* e analisaremos o seu funcionamento discursivo, observando as representações da destituição da presidenta Dilma e seus efeitos de sentido no fio que tece a materialidade discursiva ora analisada.

1 Texto, discurso e formação discursiva

Se, do ponto de vista pragmático, o texto é um objeto empírico com início, começo, progressão e fim, discursivamente ele é concebido como unidade complexa de significação (Orlandi, 2001). Diz-se complexa porque, todo texto é produzido a partir de determinadas condições de produção, estabelecendo relação com outros textos, outros discursos. Dito de outro modo, enquanto materialidade simbólica, os textos são construídos a partir de outros textos, de outros discursos, sempre dentro de condições de produção específicas e a partir da exterioridade que lhe é constitutiva.

Vale dizer que, dentro dessa perspectiva, texto não é somente aquilo que é da ordem do verbal. Uma foto, uma pintura, um desenho também são textos, uma vez que, além de funcionarem como uma unidade de significação (unidade de sentidos), eles estão relacionados a condições de produção específicas, significando para e por sujeitos também determinados histórica e ideologicamente (Mota; Silva; Araújo, 2019).

Do analista de discurso, espera-se que o texto, enquanto espaço heterogêneo no qual sujeitos se subjetivam, seja remetido ao discurso, sendo este compreendido como prática simbólica, produzida historicamente.

Discursivamente, os sentidos não preexistem às palavras ou não estão grudados nelas, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são enunciadas.

Pela mobilização da noção de formação discursiva, o analista compreende o processo de produção de sentidos engendrado no texto, permitindo que ele compreenda o seu funcionamento discursivo.

As formações discursivas são regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações (Orlandi, 1999). O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, por meio do já dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra(s).

2 O funcionamento discursivo das charges: ironia, retomada e *ethos*

Em AD, interessa ao analista o funcionamento em detrimento da função. O discurso é compreendido como parte de um mecanismo em funcionamento, pertencente a um determinado lugar no interior de uma formação social. Orlandi (1988) concebe o funcionamento como a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.

Discursivamente, o funcionamento é pensado como contraparte do conceito de tipo. Enquanto o funcionamento é atividade estruturante, o tipo corresponde à cristalização, a fixações de processos discursivos. No entanto, é preciso levar em conta, como Orlandi (1988, p. 25) ensina, que, do ponto de vista da operacionalização,

a noção de tipo tem função metodológica fundamental: permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades e se distingam classe. É um princípio organizador equivalente ao de categoria. [...] todo dizer tem necessariamente sua configuração. Por isso é sempre possível se reconhecer um tipo em qualquer instanciação de linguagem.

Ou seja, a noção de tipo pode ser muito produtiva quando pensada para além de um mero produto, isto é, a partir do contexto sócio histórico e ideológico em que é produzido. Neste sentido, compreendemos que as charges são um tipo de texto que se caracteriza pelo jogo entre os planos verbal e não verbal conjuntamente, o que rompe com a ideia hegemônica de texto como um conjunto de palavras organizadas. Enquanto texto, as charges funcionam majoritariamente pelo recurso da síntese (condensação), um tipo específico de *elaboração dos sentidos* (Freud, 1905).

Outro aspecto importante da charge diz respeito ao fato de que, enquanto manifestação estética, ela está relacionada com o político. Noutros termos, as charges tendem a disputar sentidos, colocando em xeque interpretações hegemônicas produzidas e perpetuadas pela

ordem do discurso da mídia corporativa que trabalha sob a égide da política do silêncio ou silenciamento (Orlandi, 1997).

Para compreender o jogo de sentidos que tece as charges é preciso que o leitor consiga, no processo de leitura, recuperar fatos e/ou enunciados veiculados na mídia e que motivaram a sua criação (Carmelino; Possenti, 2019).

A manifestação da crítica leva-nos a afirmar que as charges não são um mero objeto de entretenimento e brincadeira; elas implicam relações sociais e políticas sérias, funcionando muitas vezes como forma de posicionamento político e crítica social contundente. Neste sentido, concordamos com Mota (2018), que não nega que o humor está relacionado ao lúdico e ao prazer, mas afirma que, da perspectiva do discurso, mesmo esse seu lado não faz dele “mera brincadeira”, fruto de uma imaginação ingênua ou de pura descontração sem implicações para a constituição dos sujeitos e da política dos sentidos. Numa abordagem psicanalítico-discursiva do humor, como a autora evidencia em suas análises, há relações subjetivas, ideológicas e políticas importantes.

A comicidade está presente em parte das charges. Em parte, porque nem todas as charges, principalmente de alguns cartunistas como Carlos Latuff, fundamentalmente aquelas que ele retrata o genocídio do povo palestino pelo Estado de Israel, apresentam o humor como seu componente principal.

Enquanto uma prática de linguagem, o campo da comicidade, conforme a distinção estabelecida por Freud (1905), se manifesta, em sua maioria, na relação conjunta entre a materialidade linguística e imagética (Mota, 2018). Recorrendo a recursos expressivos constitutivos da própria estrutura significativa do sistema linguístico (tais como duplicidade de efeitos discursivos, ironia, ambiguidade, equívoco, trocadilhos, jogos de palavras), e do sistema imagético (desenho, caricatura, palavras iconizadas, palavras onomatopaicas, só para citar alguns exemplos), o campo da comicidade atesta, pois, o caráter oscilante da língua(gem), desestabilizando-a das estruturações lógico-matemáticas a que ela, muitas vezes, é submetida (Ferreira, 2000).

Carmelino e Possenti (2019) apontam algumas características elementares do gênero charges. Duas delas nos interessam sobremaneira nesta pesquisa, qual seja: o *ethos* e a retomada.

Faz parte da comicidade a presença do que Maingueneau (1998) chamou de *ethos*, termo advindo da Grécia antiga e apropriado por perspectivas teóricas da linguagem. Para o

autor (1998, p. 60), qualquer discurso “implica certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele”. Nesse sentido, o discurso é proferido em certo tom, que implica uma corporalidade e um caráter, traços físicos e psicológicos, respectivamente, que, de acordo com Carmelino e Possenti (2019, p. 35), são traços atribuídos ao enunciador pelo leitor/ouvinte a partir de representações por vezes estereotipadas.

Quanto à retomada, ela está intimamente relacionada com a noção de memória.

Sendo da ordem da coletividade, a memória se refere a um implícito (Pêcheux, 1999), responsável por estruturar o discurso. Desse modo, a memória, longe de ser individual, é coletiva, uma vez que evoca elementos anteriores e exteriores a um enunciado. De acordo com Courtine (2009), existem dois movimentos fundamentais entre discursividade e memória: a retomada de discursos, ainda que transformados no eixo da formulação, e o esquecimento.

A ironia é um dos elementos muito presente nas charges em geral. Seu funcionamento atesta a afirmação de Michel Pêcheux (1983, p. 53) de que todo enunciado é “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, o que significa dizer, noutros termos, que o sentido pode deslocar-se para outras regiões de saber que lhe é distinta, abrindo lugar à interpretação. Para o autor, é a presença do *outro* nas sociedades e na história que faz emergir, no processo de leitura, pontos de deriva possíveis, compreendidos estes como espaços que permitem ao leitor, determinado histórica e ideologicamente, interpretar.

Na ironia funciona o que Brait (1996, p. 58) denomina de “afrontamento de ideias e de normas institucionais, como a instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva.”

Da perspectiva do discurso, a ironia atesta o fato da incompletude da linguagem (Orlandi, 1983). Incompletude que se funda no fato de que todo discurso estabelece relação com outros discursos e com a situação em que é produzido (exterioridade constitutiva).

Segundo Orlandi (1983), faz parte do funcionamento da ironia romper com os processos de significação estabelecidos institucionalmente. Lugar do outro sentido, a ironia abre para o equívoco da língua (o real da língua). Nesta mesma perspectiva, segundo Ferreira (2000, p. 108), em todas as formas possíveis de manifestação da linguagem, o equívoco instaura “a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos”.

Por fim, a sátira é outro recurso estético linguageiro presente em charges. Para Figueira (2019), a sátira “prescinde da repetição (mesmo que por vezes recorra a ela) e apresenta um teor crítico (eventualmente, ideológico) acentuado – ela ridiculariza e ataca seu objeto.”

3. Análise das charges de Carlos Latuff

Neste tópico, nosso objetivo é trazer para a consideração a análise de oito charges de autoria do cartunista Carlos Latuff, produzidas entre os anos de 2015 e 2016. O objetivo, como já sinalizado, consiste em compreender o funcionamento discursivo das charges do referido cartunista, focando o nosso olhar nos modos de representação imaginária da destituição da presidenta Dilma Rousseff e seus efeitos de sentido.

Charge 1: Nascimento e morte da Democracia

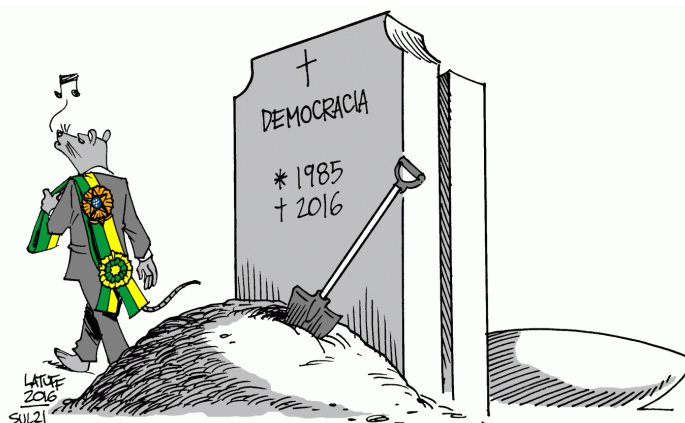


Fonte: Carlos Latuff, 2016.

A charge 1, acima, é metafórica, simbolizando o funeral da democracia, que é personificada como se fosse uma pessoa morta. Vale dizer que a data de 15 de março de 1985 se refere ao início da chamada Nova República, que sucedeu a Ditadura Militar (1964-1985), enquanto 12 de maio de 2016 diz respeito à data na qual o Senado abriu o processo de impeachment, afastando Dilma Rousseff do cargo de presidenta da República do Brasil, isto é, na interpretação do cartunista, a Nova República teria "morrido" com o golpe de 2016.

Essa mesma interpretação, ou seja, esse mesmo movimento de sentidos pode ser vislumbrado na charge 2, a seguir:

Charge 2 - O enterro da Democracia e a vitória dos ratos



Fonte: Carlos Latuff, 2016.

Tanto o golpe, representado pela figura de um rato, quanto a democracia, uma pessoa morta enterrada, mais uma vez comparecem personificados. A personificação, uma das regularidades do trabalho de Latuff, é um recurso estético que permite a crítica do cartunista ao acontecimento de 2016, que depôs Dilma Rousseff. Note-se que o rato sai vitorioso, cantarolando, com a faixa presidencial no ombro.

É possível notar ainda que o cartunista condensa as duas imagens, o **prédio** do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, onde o golpe se consumou, e a de uma **lápide**, onde a democracia foi enterrada. Trata-se, portanto, de condensação de sentidos no plano imagético que se faz pela via da tradução interssemiótica.

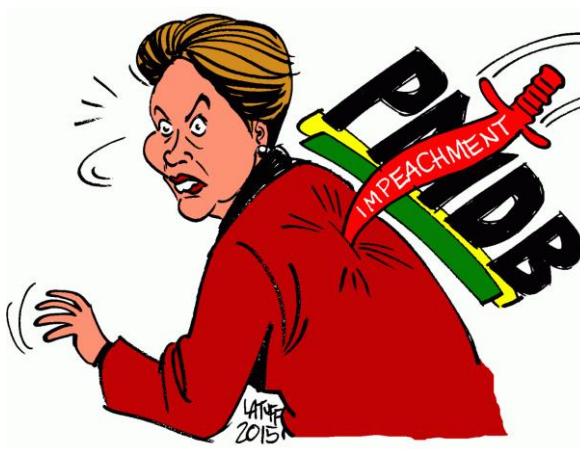
Charge 3: Puxando o tapete de Dilma



Fonte: Carlos Latuff, 2015.

A charge acima faz referência explícita à conhecida expressão linguística brasileira "puxar o tapete", que é figurada, metafórica. Na charge, como se trata de uma expressão visual, mesmo que o interlocutor não saiba português, mas conheça o contexto, é capaz de compreender o jogo de sentido aí implicado. No caso em questão, a charge, ao modo de uma narrativa, denuncia a traição do vice-presidente Temer, representado, na charge, puxando o tapete da presidenta Dilma. Diríamos que a ideia de "puxar o tapete", tal como aparece no plano visual, é um tipo de tradução intersemiótica, recurso estético não verbal bastante utilizado por Carlos Latuff em seus trabalhos.

Charge 4: Enfiando a faca



Fonte: Carlos Latuff, 2015.

Trata-se de mais uma charge usando mais uma vez uma expressão figurada, "enfiar a faca pelas costas", sendo que a "faca" em questão é o processo de impeachment (escrito na lâmina da faca vermelha), atrás da qual o cartunista pôs a sigla PMDB. A propósito, o processo foi conduzido por parlamentares do PMDB e pelo próprio vice-presidente, o peemedebista Michel Temer.

Salienta-se que, nas charges 3 e 4, as expressões "puxar o tapete" e "enfiar a faca pelas costas", respectivamente, significam traição da qual Dilma foi vítima, ou seja, tais expressões retomam, na memória discursiva, acontecimentos e pessoas a eles relacionadas. Essa interpretação está vinculada à formação discursiva a partir da qual Latuff enuncia como sujeito de linguagem, formação esta que reconhece o golpe de Estado de 2016, isto é, não o nega, afirma-o.

Charge 5: Sabotando Dilma



Fonte: Carlos Latuff, 2015.

Esta é uma charge não verbal e, de novo, metafórica, se referindo à sabotagem de Michel Temer e golpistas. Na materialidade visual, Temer, com um sorriso estampado no rosto, aparece serrando o piso debaixo da mesa da presidenta Dilma, numa imagem que alude a desenhos animados. Mais uma vez, Temer é retratado como alguém não confiável, que age de modo a prejudicar o governo Dilma.

Charge 6: Disputando o poder



Fonte: Carlos Latuff, 2016.

Esta é mais uma imagem metafórica. Aqui, o *impeachment* é simbolizado pela figura de um rato que disputa o poder com Dilma, poder esse representado metonimicamente pela faixa presidencial. Observe-se que não se trata de um rato qualquer, mas o *rato do impeachment* que traveste gravata porque simboliza os deputados golpistas que comandaram o processo. Mobiliza-se uma memória, qual seja: terno e gravata são historicamente o traje político oficial.

Resta dizer que a metáfora do rato dá o tom e o caráter dos políticos, garantindo a crítica àqueles que apoiaram o aludido golpe: ratos > avaros > asquerosos > inescrupulosos > golpistas. Isto é, a figura do rato faz evocar, na memória, sentidos (*ethos*) como: avaro, asquerosidade, inescrupulosidade, golpismo, portanto.

Charge 7: Impeachment



Fonte: Carlos Latuff, 2016.

Nesta charge, o impeachment comparece metaforicamente como uma ave de rapina com bico curvo e garras que estão prestes a agarrar a faixa da presidenta, símbolo (metonímia) do poder. As linhas ao redor da faixa reforçam que ela é o alvo.

A ave, formada pela palavra “impeachment”, é carnívora que, como tal, mata e predá. Representada com traços negativos, ela é representada como preste a tomar ou roubar o poder.

Importa dizer que essa é uma representação sombria, negativa, do impeachment, pois é como o autor o significa, isto é, a partir da formação discursiva contrária ao golpe de Estado com a qual ele se identifica ideologicamente. Em uma outra formação discursiva pró-impeachment, os sentidos seriam outros.

Charge 8 - Golpe



Fonte: Carlos Latuff, 2016.

Na charge 8, a faixa presidencial é símbolo do cargo que o vice-presidente de Dilma Rousseff, Temer, conquistou com um golpe, não por direito. Observe-se que o golpe é simbolizado pelo murro que ele deu na faixa, deixando-a de olho roxo. Mais uma vez o cartunista mobiliza o recurso da personificação via plano verbo-visual, uma das figuras que, como já sinalizamos, ele mais usa em todo o seu trabalho. Inclusive Temer interage com a faixa, ordenando que ela cale a boca: “Calaboca, que você agora é minha!”.

É interessante observar que, diferentemente das charges anteriores, nesta Latuff nomeia explicitamente a derruba de Dilma como ‘golpe’, tal como é possível ler na luva de box. O jogo de sentidos, garantido pelo recurso da condensação, se dá entre um golpe (porrada) e o golpe de Estado, engendrado em 2016, por políticos da direita e extrema direita, setores da burguesia brasileira, tendo como apoio e interferência agentes externos, fundamentalmente o imperialismo norte-americano (Silva, 2021), como já afirmamos.

Vale destacar que, na época em que ocorrera o *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, os termos "traição", "golpe", "corruptos", "morte" ou "assassinos da democracia" foram mobilizados por diferentes interlocutores políticos da formação social brasileira, mas com diferentes sentidos. Discursivamente, eles foram disputados ideologicamente em vários

setores da sociedade brasileira como, por exemplo, da mídia corporativa e alternativa, e não somente do cenário político.

Charges como as do cartunista Carlos Latuff são um dos focos de resistência à interpretação hegemônica da mídia que tentou e tenta a todo custo silenciar e censurar o fato de que o que tivemos em 2016 foi um golpe de Estado. Noutros termos, a resistência das/nas charges, seja pelos planos não-verbal ou verbo-visual, mostra, de forma estética, o que a mídia burguesa brasileira censura: um golpe para fazer valer uma agenda ultra neoliberal, materializada na plataforma política do partido de Michel Temer “Uma ponte para o Futuro”. Portanto, é dentro dessas condições de produção do discurso que as charges de Latuff são produzidas.

Para a maior parte da esquerda, em cuja formação discursiva se situa Latuff, o processo de impeachment é um golpe e/ou uma traição, os corruptos são os políticos de direita do Congresso Nacional, que inclusive venderam seus votos para o impeachment, e o processo todo culmina com a morte da democracia ou ao menos da Nova República.

Para diferentes alas da direita e alguns setores da esquerda como o PSTU e algumas figuras do PCB, quem traiu o povo foi Dilma, não cumprindo o que prometeu ou se elegendo como um governo progressista e governando como neoliberal. O que fica silenciado nesta versão, sustentada pela formação discursiva pró-*impeachment*, é o fato de que havia sido levantado um clima golpista que se estabeleceu desde a declaração da vitória de Dilma, não aceita pelo adversário derrotado Aécio Neves, e as pautas neoliberais encabeçadas pelo líder da Câmara, deputado Eduardo Cunha, no ano seguinte. Para esses setores sociais, inscritos nessa formação discursiva, o *impeachment* é um processo justo e regular, os corruptos são Dilma e os petistas (que vinham sendo fustigados e caçados como bandidos pela operação jurídico-midiática da Lava Jato) e a derrubada do governo petista é o caminho para um país melhor. Trata-se, portanto, de sentidos em disputas produzidos por formações discursivas díspares⁵.

Portanto, as charges de Carlos Latuff sobre o tema, posicionando-se com a leitura da esquerda e se filiando a ela, estão num espaço de crítica e resistência à interpretação dominante. Ele estaria disputando os sentidos dentro desse contexto sobre o qual acabamos de discorrer. Ao retomar o evento do *impeachment* nas charges, Latuff satiriza-o a partir de

⁵ É importante considerar que, na época, a interpretação da esquerda não era a dominante, perdendo para a narrativa da grande mídia, que se impunha ao país com base nos ataques da oposição, da operação Lava Jato e outros setores que acabaram acentuando a crise econômica para tornar a derrubada de Dilma mais fácil.

elementos como ratos e aves de rapinas⁶. Portanto o modo de formulação – colocar na cena enunciativa animais como ratos, por exemplo, um *ethos* asqueroso – produz uma sátira política do acontecimento *impeachment* e desqualifica, ao mesmo tempo, todos aqueles que dele participaram.

No que diz respeito à sátira, as charges retomam acontecimentos, mas apresenta-os com um teor crítico. Mais precisamente, ao repetir (retomar), Latuff o faz ridicularizando e atacando o objeto sobre o qual retrata. Isto é, vale-se da memória para construir as charges numa versão satírica e, por vez, irônica.

Em síntese, os trabalhos de Latuff não retratam apenas o cenário político, mas fundamentalmente revelam uma disputa acirrada pelos sentidos, já que se trata de uma arte que, engajada politicamente e filiada a uma formação discursiva progressista, anti-golpe, joga com e peita a interpretação hegemônica produzida pela ordem do discurso midiático burguês e jurídico. As charges, ao contarem uma outra versão da História, estão funcionando como documentos, arquivos da memória sobre o Golpe de 2016. Em outras palavras, as charges são parte da memória sobre e do Golpe de 2016.

Considerações Finais

Neste trabalho, analisamos as charges de Carlos Latuff a partir das quais ele retrata o golpe de Estado de 2016 perpetrado pela burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano. Pudemos observar que, ao retomar os acontecimentos de 2016, é produzido um deslocamento de sentidos, convocando uma interpretação outra, qual seja: a de que houve sim um Golpe de Estado, muito mais que um *impeachment*. Com isso, as charges estão funcionando não somente como crítica e denúncia, mas, principalmente, como registro (arquivo) da memória, resistindo à interpretação hegemônica e à política de silenciamento instaladas naquilo que nomearam como “*impeachment*”.

⁶ Há outros animais a partir dos quais Latuff extrai os *ethos* para representar aqueles que apoiaram o golpe de 2016 em outras charges que serão analisadas em outra ocasião.

Referências

- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- CARMELINO, Ana Cristina; POSSENTI, Sírio. **Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro**. Revista Diálogos Pertinentes, v. 15, nº. 2, p. 27-50, 2019.
- COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2000.
- FIGUEIRA, Filipo. Memória discursiva e sátira política: a paródia da (auto)designação “cidadão de bem” pelo The Piauí Herald. **Estudos Linguísticos**, 48(1), 223–241. Disponível em <https://doi.org/10.21165/el.v48i1.2304>. Acesso em 02 mai. 2024.
- JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe (Apresentação). In: JINKINS, Ivana; DORIA; Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINS, Ivana; DORIA; Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MANGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise de discurso**. Trad. M. V. Barbosa e M. E. A. T. Lima. Belo horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINS, Ivana; DORIA; Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MOTA, Ilka de Oliveira; SILVA, Maria Norma Lopes Souza; ARAUJO, Joelma Alves. Branca de Neve e os Sete Anões: Uma Análise Discursiva do Filme de Walt Disney. **Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem**, (9), 5-23, 2019.
- MOTA, Ilka de Oliveira. **Humorless Approach: análise discursiva de quadrinhos de humor em livros didáticos de inglês como língua estrangeira**. São Paulo, SP: Editora Appris, 2018.
- OLIVEIRA, Teresa C. Freitas. A tragédia e a farsa: algumas considerações sobre os golpes de Estado de 1964 e 2016. In: SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA; ABREU, Marcus Vinícius de; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021. 133 p.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 42ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. **Efeitos do verbal sobre o não-verbal**. RUA, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35–47, 1995.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, Eni. **Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia**. Trabalho apresentado no colóquio do Departamento de Linguística do IEL, UNICAMP, Campinas, SP: 1983.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

SILVA, Berenice G. Foi um golpe contra a democracia. *In*: SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA; ABREU, Marcus Vinícius de; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021.